



Universidade
ESTADUAL DA PARAÍBA
Centro de Humanidades

**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

WANESSA DOS SANTOS CARVALHO

**DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA OU DISLEXIA: implicações
para o ensino de leitura**

**GUARABIRA – PB
2013**

WANESSA DOS SANTOS CARVALHO

**DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA OU DISLEXIA: implicações
para o ensino de leitura**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III – Guarabira, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Professora Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira.

**GUARABIRA – PB
2013**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

C331d Carvalho, Wanessa dos Santos

Dificuldades de leitura e escrita ou dislexia: implicações para o ensino de leitura / Wanessa dos Santos Carvalho. – Guarabira: UEPB, 2013.

20 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia)
Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof^a. Ma. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira.

1. Dislexia 2. Dificuldade na Leitura 3. Dificuldade na Escrita. I. Título.

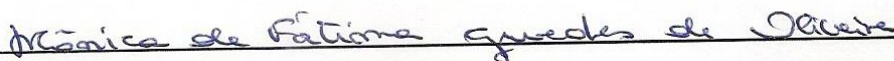
22.ed. CDD 370

WANESSA DOS SANTOS CARVALHO

**DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA OU DISLEXIA: implicações para o ensino de
leitura**

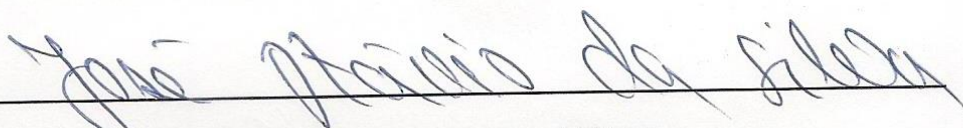
Aprovada em 29 de agosto de 2013.

BANCA EXAMINADORA



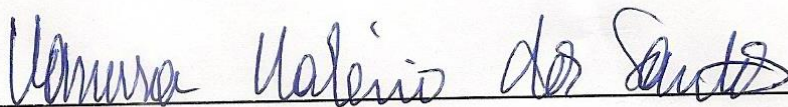
Prof^ª. Ms. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira (UEPB)

(Orientadora)



Prof^º Ms. José Otávio da Silva (UEPB)

(Examinador)



Prof^ª. Ms. Vanusa Valério da Silva (UEPB)

(Examinadora)

GUARABIRA – PB

2013

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Jesus,
que me permitiu esta vitória e, a minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me permitido seguir a caminhada na conclusão deste curso.

Aos meus pais, que sempre estiveram presentes em todos os momentos de minha vida.

Aos meus amigos de turma do curso de Pedagogia da UEPB.

Aos professores que compartilharam as dúvidas, os ensinamentos, em especial, a minha orientadora, a Professora Mônica de Fátima, que sempre esteve presente na conclusão desse curso.

Em fim, a todos que, direta ou indiretamente, me ajudaram e me deram forças para concluir e realizar mais este tão sonhado desejo. O meu muito obrigado!

DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA OU DISLEXIA: implicações para o ensino de leitura

Wanessa dos Santos Carvalho¹

RESUMO

Definida como um distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração, a dislexia é o distúrbio de maior incidência nas salas de aula, configurando o objeto desta pesquisa. Literalmente, dislexia quer dizer dificuldade na leitura e escrita. Para a International Dyslexia Association (IDA), dislexia é um distúrbio específico da linguagem, constitucional (neurológico), de origem genética, caracterizado pela dificuldade de decodificar palavras simples, resultando em problemas como dificuldades de leitura e de aquisição de linguagem, além de falhas na capacidade de escrever e soletrar. Nesse sentido, esse trabalho trata de uma pesquisa de caráter bibliográfico, apresentando o tema da pesquisa no qual se debruça, ou seja, as dificuldades de leitura e escrita ou dislexia. Apresenta como problematização o seguinte questionamento: como a Pedagogia pode ajudar professores e alunos para resolução das dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita ou dislexia? Seu objetivo é, pois, verificar, através do material bibliográfico, como a Pedagogia pode ajudar professores e alunos para resolução das dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita ou dislexia. Como caminhos percorridos, procuramos identificar os fatores que interferem na aprendizagem do aluno no ensino fundamental, estabelecer as consequências da falta de uma sistematização para a aula de leitura e escrita e o papel desempenhado pela Pedagogia no cuidado a esse problema. Desse modo, o trabalho discute as dificuldades de aprendizagem e o papel do professor no ensino de leitura e escrita e a intervenção pedagógica quando observados casos de dislexia, pautando-se nos estudos de Condemarín e Blomquist (1989), Cisca (2009), Costa (2004) e Freitas (2011), dentre outros. Como resultados e recomendações, o estudo conclui que a criança disléxica não deve ser alfabetizada pelo método global, necessitando, dentre algumas intervenções que a escola ofereça de um plano de leitura para aquela que apresente tal dificuldade de aprendizagem e que o pessoal de apoio pedagógico tome conhecimento das características da dislexia pra melhor se preparar na intervenção adequada.

PALAVRAS-CHAVES: Dificuldade, Aluno, Dislexia.

¹ Aluna do Curso de de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III – Guarabira. Email para contato: nessa122@hotmail.com.

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	07
2. DISLEXIA – DIFICULDADE EM LEITURA E ESCRITA	08
2.1. Dificuldades de Aprendizagem	11
2.2. O professor e as dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita	14
2.3. A dislexia e a intervenção pedagógica	15
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
7 REFERÊNCIAS	19

1 INTRODUÇÃO

A dislexia, como dificuldade de aprendizagem, verificada na educação escolar, é um distúrbio de leitura e de escrita que ocorre na educação infantil e no ensino fundamental. Em geral, a criança tem dificuldade em aprender a ler e escrever e, especialmente, em escrever corretamente sem erros de ortografia (DUBOIS et al, 1993).

Dubois et al (1993), assim, conceituam o fenômeno como um defeito de aprendizagem da leitura caracterizado por dificuldades na correspondência entre símbolos gráficos, às vezes mal reconhecidos, e fonemas, muitas vezes, mal identificados.

A dislexia, segundo Condemarín (1989), interessa de modo preponderante tanto à discriminação fonética quanto ao reconhecimento dos signos gráficos ou à transformação dos signos escritos em signos verbais. A dislexia, para a Linguística, assim, não é uma doença, mas um fracasso inesperado (defeito) na aprendizagem da leitura, sendo, pois, uma síndrome de origem linguística.

As causas ou a etiologia da síndrome disléxica são de diversas ordens e dependem do enfoque ou análise do investigador.

No caso da criança em idade escolar, a Psicolinguística define a dislexia como um fracasso inesperado na aprendizagem da leitura (dislexia), da escrita (disgrafia) e da ortografia (disortografia) na idade prevista em que essas habilidades já devem ser automatizadas. É o que se denomina de dislexia de desenvolvimento (CONDEMARÍN, 1989).

Existe na literatura um debate contínuo no que diz respeito ao melhor método para se ensinar leitura. Neste debate, destacam-se os defensores do método fônico, que trata de instruções explícitas da relação fonema-grafema, seguindo-se a seguinte sequência: estuda-se primeiro as vogais, depois as consoantes em seguida formam-se as sílabas para se transformarem em palavras e frases. E, por outro lado, estão os defensores das teorias construtivistas que baseiam-se nas noções de percepção e visão global e indistinta da palavra e não do detalhe.

Por conseguinte, a literatura a respeito das crianças disléxicas têm mostrado que o nível de consciência fonológica é um fator decisivo no aprendizado de leitura e que a combinação dos métodos acima discriminados é mais eficaz que o uso de apenas um deles, como afirma Lamprecht (2009).

Nesse sentido, esse artigo trata das dificuldades de leitura e escrita ou dislexia, discutindo suas implicações para o ensino de leitura e guiando-se por um olhar que busca

identificar: como o fenômeno tem sido definido; as variáveis e causas que já foram relacionadas ao fenômeno e o papel do professor e da metodologia utilizada no ensino de leitura e escrita. A pesquisa foi feita através de consulta aos vários teóricos, teses, livros, artigos e pesquisa na internet, tendo como objetivo verificar, através do material bibliográfico, como a Pedagogia pode ajudar professores e alunos para resolução das dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita ou dislexia.

Com base no exposto, a pesquisa trata desta dificuldade de aprendizagem, evidenciando sua importância aos estudos sobre os problemas de leitura e escrita, de forma a contribuir para as pesquisas que discutem o processo de ensino e aprendizagem, em especial sob a ótica da Pedagogia.

Além disso, de maneira subjetiva, justifica-se a opção pelo tema, devido à pesquisadora, em sua experiência em sala de aula, perceber o fenômeno de crianças com dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita, despertando, desse modo, o interesse em se aprofundar no assunto, através das fontes bibliográficas levantadas.

Em vista disso, este trabalho encontra-se dividido nos seguintes elementos: a introdução, onde apresentamos a temática a ser pesquisada, os objetivos da pesquisa e a justificativa, com a exposição dos motivos que levaram à escolha do tema a ser pesquisado; a fundamentação teórica, onde delinea-se as concepções sobre as dificuldades de leitura, escrita e dislexia, tendo como aporte autores como Dubois (1993), Condemarin e Blomquist (1989), García (1998), Lamprecht (2011), Cisca (2009), Costa (2004) e Freitas (2011) entre outros; e as considerações finais, apresentando os resultados obtidos na pesquisa e as recomendações para a intervenção pedagógica.

2. DISLEXIA – DIFICULDADE EM LEITURA E ESCRITA

Aprender a escrever envolve o domínio do sistema formal da escrita, ou seja, das convenções linguísticas aceitas pelo idioma (GARCIA, 1998). A escrita deve integrar a produtividade (linguagem produzida), sintaxe (correção gramatical) e a relação entre o que é abstrato e o que é concreto (significação).

No caso do português, nosso idioma, cuja estrutura gramatical além de ser complexa é cheia de exceções, as dificuldades de aprendizagem em escrita podem decorrer de inúmeras combinações. É importante ressaltar que se o sujeito pode ler uma palavra corretamente não

implica que o mesmo possa grafá-la com precisão. Uma coisa é ler e outra coisa é escrever, muito embora as duas atividades se desenvolvam integrando-se.

Segundo Garcia (1998), as dificuldades de aprendizagem relacionadas à escrita não podem ser explicadas por uma deficiência mental, nem por uma escolarização insuficiente, nem por uma alteração neurológica. Elas podem ser avaliadas por alterarem o rendimento acadêmico, ocasionando erros que vão desde a soletração até a sintaxe. Esse tipo de dificuldade pode ocorrer concomitantemente com as dificuldades relacionadas à linguagem, à leitura e ao cálculo. O mesmo autor ressalta que a leitura e a escrita, contudo, envolvem processos diferentes; a escrita não é leitura, embora envolva habilidades diferentes e relativamente semelhantes.

Esse mesmo autor ainda ressalta problemas como a escrita espelhada, onde o aluno pode apresentar lateralidade deficiente, dislexia, esquema corporal deficitário, ou “não possuir uma representação estável dos traços componentes dos grafemas”; o intercâmbio de letras mostra que o aluno pode apresentar uma representação léxica deficitária, dificuldades na transformação de grafema a fonema, na construção da representação léxica ou na codificação da linguagem.

Também levanta algumas possíveis causas para o atraso na escrita tais como o mau funcionamento nos processos léxicos, escolarização inadequada, escassa motivação, rebaixamento intelectual ou ambiente familiar desfavorável.

Muitos alunos falam de suas dificuldades em escrever, quer seja, por não saber se utilizar das palavras quer pelo simples fato de não gostarem. E com isso pode-se observar que a insatisfação dos discentes com relação à escrita, acaba afetando os profissionais da educação que necessitam trabalhar a escrita em sala de aula.

Nesse contexto, insere-se a problemática da dislexia. Atualmente os investigadores na área de Psicolinguística aplicada à educação escolar, apresentam a hipótese de déficit fonológico como a que justificaria, por exemplo, o aparecimento de disléxicos com confusão espacial e articulatória. Desse modo, Cisca et al (2009) consideram sintomas da dislexia relativos à leitura e escrita os seguintes erros:

a) erros por confusões na proximidade espacial: a) confusão de letras simétricas, b) confusão por rotação e c) inversão de sílabas.

b) confusões por proximidade articulatória e sequelas de distúrbios de fala: a) confusões por proximidade articulatória, b) omissões de grafemas e c) omissões de sílabas.

As características linguísticas, envolvendo as habilidades de leitura e escrita, mais marcantes das crianças disléxicas, são:

- A acumulação e persistência de seus erros de soletração ao ler e de ortografia ao escrever
- Confusão entre letras, sílabas ou palavras com diferenças sutis de grafia: a-o; c-o; e-c; f-t; h-n; i-j; m-n; v-u etc
- Confusão entre letras, sílabas ou palavras com grafia similar, mas com diferente orientação no espaço: b-d; b-p; d-b; d-p; d-q; n-u; w-m; a-e
- Confusão entre letras que possuem um ponto de articulação comum, e, cujos sons são acusticamente próximos: d-t; j-x;c-g;m-b-p; v-f
- Inversões parciais ou totais de sílabas ou palavras: me-em; sol-los; som-mos; sal-las; pal-pla.

Assim, para o diagnóstico precoce dos distúrbios de letras, educadores, professores e pais devem ter atenção para as inversões de sílabas ou palavras bem como a adição ou omissão de sons, repetição de sílabas, salto de linhas e soletração defeituosa de palavras.

Segundo Condemarin e Blomquist (1989, p. 23), outras perturbações da aprendizagem podem acompanhar os disléxicos:

- Alterações na memória
- Alterações na memória de séries e sequências
- Orientação direito-esquerda
- Linguagem escrita
- Dificuldades em matemática
- Confusão com relação às tarefas escolares
- Pobreza de vocabulário
- Escassez de conhecimentos prévios (memória de longo prazo)

Na lista de dificuldades dos disléxicos, deve-se ter, ainda, atenção para as inversões de sílabas ou palavras como "sol-los", "som-mos" bem como a adição ou omissão de sons como "casa-casaco", repetição de sílabas, salto de linhas e soletração defeituosa de palavras.

Quanto às causas ou fatores de ordem pedagógico-linguística que favorecem a aparição das dislexias, de modo geral, indicam-se causas de ordem pedagógica, a começar por: atuação de docente não qualificado para o ensino da língua materna (por exemplo, um professor ou professora sem formação superior na área de magistério escolar ou sem formação pedagógica, em nível médio, que desconheça a fonologia aplicada à alfabetização ou conhecimentos linguísticos e metalinguísticos aplicados aos processos de leitura e escrita); crianças com tendência à inversão; crianças com deficiência de memória de curto prazo; crianças com dificuldades na discriminação de fonemas (vogais e consoantes); vocabulário pobre; alterações na relação figura-fundo; conflitos emocionais; o meio social; as crianças com dislexia e crianças com lesão cerebral.

A dislexia, como dificuldade de aprendizagem, verificada na educação escolar, é um distúrbio de leitura e de escrita que ocorre na educação infantil e no ensino fundamental. Em geral, a criança tem dificuldade em aprender a ler e escrever e, especialmente, em escrever corretamente sem erros de ortografia, mesmo tendo o Quociente de Inteligência (Q.I) acima da média (CONDEMARÍN; BLOMQUIST, 1989).

2.1. Dificuldades de Aprendizagem

As pesquisas que explicam as dificuldades de aprendizagem são vastas, porém a maioria das escolas ainda tem dificuldade em usá-las de maneira prática. Segundo Polity (1998), o Comitê Nacional de Dificuldades de Aprendizagem (EUA, 1997) define:

Dificuldade de Aprendizagem é um termo genérico que se refere a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldade na aquisição e no uso da audição, fala, leitura, escrita, raciocínio ou habilidades matemáticas. Estas desordens são intrínsecas ao sujeito, presumidamente, devido a uma disfunção no sistema nervoso central, podendo ocorrer apenas por um período na vida (POLITY, 1998, P. 73).

Fernandez (1990, p.98), em vários momentos do seu livro, traz-nos uma visão global das dificuldades de aprendizagem:

Se pensarmos no problema de aprendizagem como só derivado do organismo ou só da inteligência, para a sua cura não haverá necessidade de recorrer à família. Se ao contrário, as patologias no aprender surgissem na criança somente a partir da sua função equilibrada do sistema familiar, não necessitaríamos para seu diagnóstico e cura recorrer ao sujeito separadamente da sua família [...].

A autora relata que, segundo as pesquisas, na quase totalidade dos casos de fracasso escolar, 20% da população escolar marginalizada, devem-se à leitura não adquirida nas primeiras séries do Ensino Fundamental.

Segundo Moojen apud Rubinstein (1999, p. 23), os termos distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem têm sido utilizados de forma aleatória, tanto na literatura especializada como na prática clínica e escolar, para designar quadros diagnósticos diferentes.

Na mesma perspectiva, França apud Sisto (1999, p. 11), aparentemente os defensores da abordagem comportamental preferem a utilização do termo distúrbio, enquanto os construtivistas parecem ser do termo dificuldade.

Ainda de acordo com o autor, a distinção feita entre os termos dificuldades e distúrbios de aprendizagem se encontra baseada na concepção de que o termo “dificuldade” está mais relacionado a problemas de ordem psicopedagógica e/ou sócio-culturais, ou seja, o problema não está centrado apenas no educando, sendo que essa visão é mais frequentemente utilizada em uma perspectiva preventiva; por outro lado, o termo “distúrbio” está mais vinculado ao educando, na medida em que sugere a existência de comprometimento neurológico em funções corticais específicas, sendo mais utilizado pela perspectiva clínica ou remediativa.

A leitura e escrita, por conseguinte, são habilidades, que exigem da criança a atenção a aspectos da linguagem, aos quais ela não precisa dar importância, até o momento em que vai para a escola. Esta, por sua vez, pode ser uma tarefa complexa e difícil para todas as crianças, no entanto, para algumas, as barreiras são maiores do que com as outras, e muitas das vezes são difíceis de superar devido às diversidades apresentadas.

Segundo, Kirk et al (1987, p.366), para os pesquisadores, as crianças que apresentam dificuldades específicas no início da escolarização, provavelmente, são as que precisarão de maior atenção, quando em sala de aula, pois as suas limitações farão a diferença perto de outros educandos.

No entanto, as crianças disléxicas são percebidas como tendo um problema específico, que não afeta as outras. Na verdade, estas crianças, terão que desenvolver as habilidades percentuais relacionadas ao processo visual, habilidades de estabelecer uma relação entre visão e audição, isto é oportunizar as conexões entre os dois sentidos.

A criança com essa deficiência terá que desenvolver habilidades linguísticas, como também superar as deficiências na memória verbal que afetam inclusive a consciência gramatical, a qual ela está vivenciando.

Partindo desse pressuposto, a criança precisa ser investigada e compreendida em suas reais dificuldades e, a partir deste princípio as intervenções podem provocar um resultado positivo, desde que se respeite a realidade da criança.

Com essa abordagem é preciso derrubar o paradigma de focalizar a aprendizagem no "Método de Ensino" e sim experimentar compreender o ato de aprender, e de como funciona o pensamento das crianças, em cada fase de seu desenvolvimento. Porém, muitas escolas não estão estruturadas para atender essa nova realidade, embora se perceba uma tentativa de adaptação às novas exigências da inclusão proposta pela LDB.

Segundo Mouly (1984, p.366), muitas vezes, encontram-se partes fragmentadas das teorias nas paredes das salas dos professores, funcionando apenas como "Mensagem", pois o “[...] nosso sistema de governo não prioriza a educação como um fator preponderante para a sociedade, e principalmente para a criança”.

Ainda de acordo com Segundo Mouly (1984), as novas propostas e metodologias introduzidas foram aplicadas sem adequar às necessidades a priori do educando, que é o nosso maior interessado, por isso as dificuldades enfrentadas. Em outros termos, embora assimilados em nível de discurso, os fundamentos teóricos, não se efetivaram na prática em um número considerável de escola, talvez por uma não compreensão dos mesmos ou por falta de reflexão mais profunda por parte dos envolvidos com a educação.

Por outro lado, a insatisfação dos professores, aliada à falta de sucesso na alfabetização, acabou levando por sua vez, à reintrodução nos meios escolares, a concepção de que as causas do fracasso escolar encontram-se no educando e em sua família.

Se buscarmos, porém, na história da Educação do Brasil desde seu início, veremos que a educação nunca foi prioridade nos governos anteriores e muito menos os problemas psico-motor-pedagógico apresentado pelas nossas crianças.

Não adianta a escola enumerar as causas do insucesso escolar, o certo seria, termos uma nova política educacional, direcionando cada problema, para ser resolvido e não apenas adotar medidas paliativas que resolvem em curto prazo e não definitivamente. Como consequência, apesar das tentativas de reversão do fracasso escolar, o índice de educandos que enfrentam dificuldades escolares nas séries iniciais do ensino fundamental ainda continua elevado, pois ainda os professores não estão capacitados para atender a demanda dessa problemática.

A impossibilidade evidenciada pelos professores para trabalhar com tais dificuldades faz com que se pré-diagnostiquem esses educandos como tendo "dificuldades de aprendizagem", mas não podemos esquecer que temos professores com boa vontade em fazer sua parte, mas há dificuldades normais, trazidas pelo educando como salas numerosas, onde dificultam trabalhar especificadamente as dificuldades de aprendizagem apresentadas pela criança.

Porém, muitos psicólogos, ao se basearem apenas em resultados de testes não padronizados no Brasil, acabam por reforçar os diagnósticos dos professores, em que a criança recebe um rótulo de educando especial com dificuldades de aprendizagem.

Segundo Wreneck (1996, p.14), nossos programas precisam de um corte bem profundo, restabelecendo uma linha de maior objetividade e seleção criteriosa de conteúdos, metodologias, propostas que atendam as necessidades do educando dentro de sua dificuldade de aprendizagem, pois os problemas sociais são responsabilidades do Estado.

Não podemos esquecer que até nos finais das séries, encontramos educandos que apresentam pequenos e grandes problemas de aprendizagem, não corrigidos anteriormente, devido à política conivente que algumas escolas adotam. Quanto a nós educadores, cabe-nos abrir mão dos "rótulos" distribuídos aos nossos educandos e tentarmos trabalhar com essas crianças.

2.2. O professor e as dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita

Atualmente, vivemos um novo paradigma educacional, onde a escola tem que ser, antes de tudo, um ambiente "inteligente", especialmente criado para a aprendizagem. A intervenção na reeducação das crianças disléxicas passa necessariamente no ensino eficaz da língua materna. No caso do Brasil, no ensino eficiente da língua portuguesa (RUBINSTEIN, 1999).

Tomando por base a proposta de Condemarin e Blomquist (1989, p. 55), a dificuldade de aprendizagem relacionada com a linguagem (leitura e escrita), pode ser inicial e informalmente diagnosticado pelo professor de língua materna, com formação na área de Letras e com habilitação em Pedagogia, que pode vir a realizar uma medição da velocidade da leitura da criança, utilizando, para tanto, uma ficha de observação, com as seguintes questões a serem prontamente respondidas:

- A criança movimenta os lábios ou murmura ao ler?
- A criança movimenta a cabeça ao longo da linha?
- Sua leitura silenciosa é mais rápida que a oral ou mantém o mesmo ritmo de velocidade?
- A criança segue a linha com o dedo?
- A criança faz excessivas fixações do olho ao longo da linha impressa?
- A criança demonstra excessiva tensão ao ler?
- A criança efetua excessivos retrocessos da vista ao ler?

Para o exame dos dois últimos pontos, é recomendável que o professor coloque um espelho do lado oposto da página que a criança lê. O professor coloca-se atrás e nessa posição pode olhar no espelho os movimentos dos olhos da criança.

Segundo Alliende (1987, p.44), o cloze, que consiste em pedir à criança para completar certas palavras omitidas no texto, pode ser importante, também, aliado para o professor de língua materna determinar o nível de compreensibilidade do material de leitura.

A criança, com incapacidade de aprendizagem, no início, se relacionará bem com as demais crianças, não é hiperativa e geralmente gosta de escola. Desde o momento em que o jardim de infância enfoca a maior extensão do desenvolvimento social, muito mais do que o aprendizado, a criança com incapacidade de aprendizado poderá dar-se muito bem neste nível

escolar. Porém, uma vez ingressando no primeiro grau, a situação mudará; agora lhe será cobrada a eficiência na leitura.

2.3. A dislexia e a intervenção pedagógica

A dislexia é uma síndrome pouco conhecida e pouco diagnosticada por pais e educadores, especialmente os pedagogos e médicos, que se voltam ao desenvolvimento cognitivo das crianças na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Porém, sendo a dislexia considerada, também, uma perturbação ou transtorno ao nível de leitura, a criança disléxica é um mau leitor: é capaz de ler, mas não é capaz de entender eficientemente o que lê.

O que chama atenção, à primeira vista, é que uma criança disléxica é inteligente, habilidosa em tarefas manuais, mas persiste um quadro de dificuldade de leitura da educação infantil à educação superior. No Brasil, pelo menos, 15 milhões crianças e jovens sofrem com distúrbios de letras. Creio que a dislexia é a maior causa do baixo rendimento escolar.

Sabe-se, por outro viés, que a linguagem é fundamental para o sucesso escolar. Ela está presente em todas as disciplinas e todos os professores são potencialmente professores de linguagem, porque utilizam a língua materna como instrumento de transmissão de informações.

De acordo com Freitas (2011) a intervenção pedagógica tem para o disléxico um caráter de urgência, na reintegração de seu mundo (escola, família, sociedade) como alguém responsável e competente. Daí ser necessário que diagnóstico da dislexia seja precoce, isto é, que os pais e educadores se preocupem em encontrar indícios de dislexia em crianças aparentemente normais, já nos primeiros anos de educação infantil, envolvendo as crianças de 4 a 5 anos de idade.

Quando não se diagnostica a dislexia, ainda na educação infantil, os distúrbios de letras podem levar crianças de 8 a 9, no ensino fundamental, a apresentar perturbações de ordem emocional, efetiva e linguística. Uma criança disléxica encontra dificuldade de lê e as frustrações acumuladas podem conduzir a comportamentos anti-sociais, à agressividade e a uma situação de marginalização progressiva.

Os pais, professores e educadores devem estar atentar a dois importantes indicadores para o diagnóstico precoce da dislexia: a história pessoal do educando e as suas manifestações linguísticas nas aulas de leitura e escrita.

Quando os professores se depararem com crianças inteligentes, saudáveis, mas com dificuldade de ler e entender o que lê, devem investigar imediatamente se há existência de

casos de dislexia na família. A história pessoal de um dislético, geralmente, traz traços comuns como o atraso na aquisição da linguagem, atrasos na locomoção e problemas de dominância lateral.

Quanto à atuação do pedagogo, Freitas (2011, p.1) pontua que suas técnicas e estratégias de trabalho devem ser ladeadas por diversos teóricos, visando maior capacitação e compreensão do cliente/paciente dislético, objetivando em suas sessões “[...] conhecer, entender e esclarecer o mecanismo manifesto junto dele, seja através de jogos, de vivências e de discussões de temas pertinentes, buscando e permitindo o conhecimento”. Observa-se, pois, o processo de avaliação pedagógica trata-se de um *continuum* de atividades e tarefas que se destinam a pesquisar e a compreender melhor a forma de ensinar e aprender nos casos de dislexia.

Por outro lado, a abordagem de trabalho deve associar o estímulo e o desenvolvimento através de métodos multissensoriais, que partem da linguagem oral à estruturação do pensamento, da leitura espontânea à discussão temática, da elaboração crítica e gerativa das idéias à expressão escrita, incorporando o processo da aprendizagem.

Nesse sentido, Costa (2004) pontua que os dados históricos de dificuldades na família e na escola poderão ser de grande utilidade para profissionais como psicólogos, psicopedagogos e neuropsicólogos que atuam no processo de reeducação linguística das crianças disléxicas. A avaliação pedagógica, que pode ser tanto quantitativa como qualitativa, envolve entrevistas com os pais ou responsáveis pela criança e com a própria criança ou adolescente; contato com a escola e com outros especialistas que já tenham atendido este paciente; análise do material escolar e exames realizados. A partir de então, se inicia uma avaliação das habilidades cognitivas da criança a fim de verificar o que está acontecendo.

Com base no exposto Nascimento et al (2011, p. 02) apresentam algumas sugestões de como se trabalhar com o indivíduo dislético:

- Deve-se incentivá-lo destacando suas conquistas;
- Adequar o material pedagógico, de forma que atenda suas necessidades e valorize seus aspectos fortes;
- Permitir o uso de gravadores, uma vez que o dislético não consegue ouvir e escrever ao mesmo tempo, proporcionando maior segurança e tranquilidade no momento de realizar a lição de casa;
- Utilizar-se de apoio visual como um suporte para leitura e atividades;
- Ensinar a sintetizar por meio de palavras ou desenhos o conteúdo que lhe foi exposto;
- As avaliações devem ser feitas oralmente, sempre que possível (esta estratégia serve para todos os níveis de ensino);
- Prever mais tempo, tanto para a execução de tarefas, atividades e avaliações, pois o dislético precisa de mais tempo para acessar a

informação armazenada, uma vez que a capacidade para o aprendizado está intacta – este recurso não é opcional, faz parte de seus direitos;

- Procurar um local tranquilo para que ele consiga fazer as avaliações, pois qualquer barulho poderá distraí-lo, interferindo em sua performance.
- É importante que as crianças sejam expostas com mais intensidade à leitura para armazenar as formas ortográficas das palavras.

A responsabilidade e seriedade do trabalho pedagógico com discentes disléxicos, faz com que muitos alunos propensos ao fracasso escolar sejam resgatados, através de um plano de trabalho individualizado e comprometido com o sucesso em todos os âmbitos: escolar, emocional e social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo conclui-se que, a criança disléxica não deve ser alfabetizada pelo método global, uma vez que não consegue perceber o todo. Precisa de um trabalho fonético e repetitivo, pois terá muita dificuldade na fixação dos fonemas. Necessita de um plano de leitura que se inicie por livros muito simples, mas motivadores, aumentando gradativamente e só a medida que lhe for possível, a complexidade.

A dislexia é a incapacidade parcial de a criança ler compreendendo o que se lê, apesar da inteligência normal, audição ou visão normais e de serem oriundas de lares adequados, isto é, que não passem privação de ordem doméstica ou cultural, encontramos disléxicos em famílias ricas e pobres.

Enquanto as famílias ricas podem levar o filho a um psicólogo, neurologista ou psicopedagogo, uma criança, de família pobre, estudando em escola pública, tende a asseverar a dificuldade e persistir com o transtornos de linguagem na fase adulta.

Uma das complexidades vividas pelo professor em sala de aula, por sua vez, refere-se ao imperativo de desenvolver a habilidade de adequar uma única proposta teórico-metodológica a uma diversidade de alunos, o que, pelas condições de trabalho, é quase impossível. Além das diferenças individuais e das condições sócio-econômicas dos alunos, há uma gama de outros fatores que afetam a atividade profissional do professor.

Acreditamos que deve existir um tempo pessoal em alternância com tempos pedagógicos, que permita a cada criança desenvolver e tornar funcionais as suas competências, revelar as suas capacidades, mostrar que é capaz pelo menos em certas ocasiões de ajustar a sua organização temporal e os seus ritmos de ação aos dos outros.

Com este trabalho foi possível refletir sobre os diversos aspectos envolvidos na condição das dificuldades de aprendizagem e ressaltar que, embora a dificuldade de aprendizagem possa ser uma condição ligada a múltiplos fatores internos à criança, ela está de certa maneira sustentada pelo meio familiar escolar e social, no qual a criança está inserida e, ainda a forma como a família lida com essa condição, terá um papel decisivo na condução e evolução do caso.

É preciso que o pessoal de apoio pedagógico (educadores e especialistas) tomem conhecimento das características da dislexia e se preparem para intervir adequadamente na escola. Neste sentido, ao problema apresentado, afirma-se a hipótese de que os pedagogos, presentes nas escolas, devem buscar atender às necessidades dos professores, no trabalho com as crianças necessitadas de orientações específicas.

Enfim, essa pesquisa trouxe novos conhecimentos, além de esclarecer alguns mitos e verdades sobre o que é a dislexia. Mostrou também que é um distúrbio ou dificuldade que tem tratamento, basta estar com o profissional certo.

REFERÊNCIAS

ALLIENDE, Felipe. **Leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

CIASCA, S. M.; CAPELLINI, S. A.; TONELOTTO, J. M. F. In: CIASCA, Sylvia Maria (Ord). **Distúrbios de Aprendizagem: Proposta de Avaliação Interdisciplinar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CONDEMARÍN, Mabel, BLOMQUIST, Marllys. **Dislexia; manual de leitura corretiva**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

DUBOIS, Jean et alii. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1993.

FERNANDEZ, Alicia. **A Inteligência Aprisionada**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

FREITAS, Tânia Maria de Campos. **Tratamento psicopedagógico do jovem disléxico**. Acesso em: 18 de ago de 2013. Disponível em: <<http://www.dislexia.org.br>>.

GARCÍA, Jesus Nicasio. **Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

KIRK, Samuel A.; GALLAGHER, James J. **Educação da criança excepcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

LAMPRECHT, Regina Ritter. **Aquisição da linguagem: estudos recentes no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MOULY, George J. **Psicologia Educacional**. 8 ed. São Paulo: Pioneira 1984.

NASCIMENTO, Raquel Tonioli Arantes do. SANTANA, Tatiany Barreto de. BARBOSA, Anna Carolina Cassiano. **A intervenção psicopedagógica é eficiente em criança com dislexia do desenvolvimento?** Julho de 2011. Associação Brasileira de Psicopedagogia. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/artigos/04.htm>. Acesso em: 18 de ago. de 2013.

POLITY, E. **Pensando as Dificuldades de Aprendizagem à Luz das Relações Familiares** in POLITY, E. (ORG.). **Psicopedagogia: um Enfoque Sistêmico**. São Paulo: Empório do Livro, 1998.

RUBINSTEIN, E. A especificidade do diagnóstico psicopedagógico. In: SISTO, F. et al. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SISTO, Fermino Fernandes (org) **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar.**
Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.